

Ao Juízo da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal

ACPCiv 0706314-89.2023.8.07.0018

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, sociedade de economia mista do Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.082.024/0001-37, com sede na Av. Sibipiruna, lotes 13/21, Águas Claras, Brasília-DF, nos autos da Ação Civil Pública em epígrafe, promovida por **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VICENTE PIRES E REGIÃO**, por intermédio de seu procurador abaixo assinado, com fundamento no artigo 1.022, I do Código de Processo Civil, opor os presentes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

para que seja eliminada a **obscuridade** presente na decisão de ID 163264178, que deferiu parcialmente o pedido de tutela antecipada.

DA DECISÃO EMBARGADA

Este MM. Juízo decidiu:

“c.3) cominar à Caesb e Neoenergia a proibição de executar ou permitir a ligação de fornecimento de energia elétrica, água e esgoto **nas obras ilegais** com mais de três pavimentos em Vicente Pires, sob pena de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada dia de violação, até a remoção da respectiva ligação. As multas limitam-se ao valor total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por **cada unidade imobiliária com ligação ilícita.**” Grifou-se

Sendo assim, a apontada obscuridade é no tocante à determinação imposta à CAESB, acima transcrita.

Embora o juízo tenha proibido a CAESB de executar ou permitir a ligação de água e esgoto nas obras ilegais com mais de três pavimentos em Vicente Pires, sob pena de multa, não ficaram suficientemente estabelecidos os termos e a extensão da referida cominação.

Sendo assim, fundamental esclarecer se esta embargante deve tomar medidas imediatas tendentes a **não** executar/permitir a ligação de água **apenas em obras em andamento com mais de três pavimentos em Vicente Pires**, isto é, em empreendimentos sem rede de água e esgoto instalada ou também deve suspender o fornecimento de água em todas as unidades imobiliárias com ligação já em funcionamento.

Ressalta-se a necessidade de compreender exatamente a medida pretendida por Vossa Excelência considerando a expressividade da multa fixada bem como a essencialidade do serviço prestado por esta Companhia à população.

DO PEDIDO

Ante o exposto, **requer-se o acolhimento dos presentes embargos de declaração**, a fim de sanar a apontada obscuridade e pormenorizar a cominação atribuída à embargante quanto à tutela antecipada concedida nos autos desta Ação Civil Pública.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 05 de julho de 2023.

José de Castro Meira Júnior
OAB/DF 21.616